

ELEMENTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA MATO-GROSSENSE NA DÉCADA DE 70 DO SÉCULO XIX.

Kátia Guerchi Gonzales¹

Luiz Carlos Pais²

Resumo

O presente artigo descreve os resultados de uma pesquisa em fase de conclusão com o objetivo de analisar os aspectos históricos e culturais da Educação Matemática presente no contexto de Mato Grosso, referente ao período da década de 70 do século XIX. Na condução desse objetivo, procura-se manter as relações que a instituição escolar possuía com outras instituições, bem como, com os aspectos sociais, políticos e econômicos. A pesquisa está sendo conduzida através de documentos oficiais e de análises de discurso e são interpretadas por meio da linha proposta por André Chervel e outros autores que compartilham as mesmas ideias favorecendo uma análise de cunho cultural e histórica. Os resultados das análises aqui apresentadas evidenciam a tentativa de se inculcar a cultura dos grandes centros em Mato Grosso, a influência da Igreja na instituição escolar e a constituição da disciplina de Matemática por meio da introdução dos cursos noturnos, da criação da Escola Normal e do Liceu Cuiabano.

Palavras-chave: Educação Matemática. História da Educação matogrossense. História da Educação Matemática.

Considerações iniciais

O presente artigo visa apresentar a comunidade acadêmica uma pesquisa que está relacionada com a História da Educação Matemática, mais precisamente, a História da Educação Matemática de Mato Grosso. A pesquisa descrita neste artigo faz parte de um trabalho maior em nível de mestrado e está relacionada com um grupo de pesquisa, Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática Escolar – GPHEME.

As análises aqui apresentadas são referentes ao contexto escolar mato-grossense na década de 70 do século XIX, na qual, verificarmos a Educação Matemática após um momento de crise política e social devido a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Para que esse trabalho fosse possível, conduzimo-lo sempre mantendo as relações entre o contexto que a cultura escolar estudada estava inserida e as práticas desenvolvidas pelos agentes escolares. Por esse motivo consideramos documentos que revelem as propostas para a Matemática escolar de Mato Grosso e as práticas dos

¹ Mestranda do Programa de Pós - graduação em Educação Matemática da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS. *email:* kakauguerchi@gmail.com

² Professor do Programa de Pós - graduação em Educação Matemática da UFMS. *email:* lcpais@nin.ufms.br

agentes escolares. Para isso, utilizamos fontes de informações primárias tais como: leis, decretos, regulamentos, regimentos, reformas, relatórios presidenciais, entre outros. Além disso recorreremos a várias leituras que nos permitem fazer uma exploração maior sobre o assunto levando-nos a uma análise mais ampla.

Aspectos Teóricos e Metodológicos

Na condução deste trabalho estão sendo utilizados alguns conceitos teóricos propostos por André Chervel e também por autores que seguem o mesmo pensamento cultural. Salientamos que durante as análises dos elementos históricos e culturais do contexto estudado, explicitamos alguns dos conceitos que embasam essa pesquisa. Apropriamo-nos também de instrumentos utilizados por historiadores, acrescentando ao manancial teórico, a leitura de Marc Bloch, historiador francês, que estabeleceu, pela primeira vez, a noção de “história como problema”.

Elementos de análise

Após 1870, viveu-se o pós-guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Conseqüentemente ocorreu a abertura para as navegações no rio da Prata, o que gerou um grande desenvolvimento no estado de Mato Grosso, diminuindo a distância entre as províncias e principalmente das demais províncias com Mato Grosso, além do mais, criou-se a possibilidade de ingresso do capital internacional no Estado.

Várias mudanças aconteceram, já que o estado estava progredindo e se modernizando, principalmente devido às imigrações. Dessa maneira, modificou-se o que os dirigentes do Mato Grosso pretendiam alcançar com a escola.

Assim, a instrução pública mato-grossense sofreu alterações em suas orientações, com várias mudanças em sua legislação educacional, para enquadrar-se nas orientações da Corte e tornar o ensino ministrado, na província, o mais próximo possível da qualidade do ensino do Rio de Janeiro, tentando inculcar, nos agentes escolares, a cultura escolar do município da Corte.

Pelo decreto nº 4468 de 1º de Fevereiro de 1870, foi modificado o regulamento do Colégio Pedro II por Paulino José Soares de Souza. O decreto traz em seu corpo que o curso permanecerá contendo sete anos. A Matemática passou a ser distribuída da seguinte forma: No 1º ano, Aritmética elementar; no 2º ano, continuação da Aritmética; no 3º ano, Aperfeiçoamento da Aritmética e Álgebra até equações do 1º grau; no 4º ano, continuação da Álgebra; equações do 2º grau e Geometria Plana; no 5º ano, Geometria no espaço e Trigonometria.

Em Mato Grosso, o professor da cadeira de Geografia, anexa ao Seminário, passou a ser obrigado a ensinar História, além de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, recebendo uma gratificação anual de 200.000 réis. Além disso, a cadeira criada pela lei de 16 de Julho de 1868, foi dividida em duas. A primeira era destinada ao ensino de Aritmética, Álgebra e Geometria e a segunda, ao ensino de Geografia e História.

O próximo passo voltou-se para aqueles que durante o dia trabalham e não têm a chance de estudar em cursos matutinos, instituindo-se as aulas noturnas para indivíduos do sexo masculino. As disciplinas matemáticas, no noturno, eram a Aritmética, a Álgebra e a Geometria.

É ocioso demonstrar a utilidade dos cursos noturnos. O funcionário público, o artista, o operário todos em fim que durante o dia não podem dispor de algumas horas para estudos, encontrarão no curso noturno a instrução complementar. Esta idéia se desenvolve nos países cultos e recentemente varias províncias adotaram e vão colhendo ótimos resultados. (MOACYR, 1949, p. 464)

Novas estratégias valem-se do estudo para garantir o poder, a inserção dos cursos noturnos diminuía custos, uma vez que resposta, no campo profissional, era mais rápida, instruindo-se os adultos para obter retorno mais rapidamente ao governo e acelerar o progresso do país (DE CERTEAU, 2008). Recorde-se Chervel (1990) ao considerar que as disciplinas escolares fazem parte de um sistema que possui duas funções, a de instruir e a de atingir as finalidades que se deseja alcançar com a escola, por meio de determinadas disciplinas, que, em cada caso, necessitam dispor de certos conteúdos para servir uma finalidade educativa.

O professor que ficou responsável por lecionar as aulas destinadas às matemáticas no curso noturno foi José Estevão Correa.

» O Presidente da Provincia, dando execução ao que dispõe o art. 4º do regulamento n. 4 de 17 de Setembro deste anno, que reorganizou a instrução publica da mesma Provincia, resolve estabelecer na Capital um curso nocturno onde se leccione as seguintes materias : Grammatica portugueza, latim, francez, arithmetica, algebra e geometria, escripturação mercantil por partidas dobradas, geographia e historia. E para reger a primeira cadeira nomea o conego cura João Leocadio da Rocha, para reger a segunda ao conego José Joaquim dos Santos Ferreira, para reger a terceira ao professor Joaquim José Rodrigues Calhão, para reger a quarta ao cidadão José Estevão Corrêa, para reger a quinta ao cidadão João Emiliano Peixoto do Amarante e para reger a sexta ao Dr. Dormervil José dos Santos Malhado.

Figura 1: Extrato referente ao professor que iria ministrar as aulas noturnas.

O professor José Estevão Correa, teve grande contribuição para a Matemática escolar de Mato Grosso, iniciando sua carreira assumindo a cadeira de Matemática no Seminário Episcopal e permanecendo instruindo os jovens mato-grossenses durante décadas.

Em 1872, Ernesto Camilo Barreto, o padre, foi novamente nomeado para o cargo de Inspetor Geral dos Estudos da província de Mato Grosso. Anteriormente, em 1863, ele já havia assumido este cargo, que era destinado, de início, para os julgados “cientistas” (médicos, advogados, engenheiros), sendo que ele foi um dos poucos pedagogos a ocupá-lo. Apesar do cargo, Barreto não deixou de ministrar as aulas no Seminário, deixando claro que, mesmo ocupando dois cargos, se dedicou para os dois. Notamos claramente sua dedicação através dos relatórios da Inspeção que, nem antes e nem depois da sua atuação, foram tão relevantes quanto os dele que fornecia dados da instrução de maneira minuciosa. Barreto não permaneceu por muito tempo como Inspetor Geral dos Estudos, tendo sido eleito Deputado Geral, porém, retornando ao cargo em 1873 e permanecendo, sem interrupções, até 1878.

Os relatórios do Padre Ernesto traziam uma contribuição significativa e muito ousada, crítica e intelectualmente, feitos anualmente, eram enviados para a Presidência da Província, contribuindo para o relatório governamental. Nesse período, aparece, com certa clareza, a grande influência da Igreja na instituição escola, visto que o padre era sujeito institucional tanto da igreja, quanto da escola, da mesma forma que a Igreja Católica exercia forte influência no período.

Como Padre Ernesto possuía um pensamento socialista, criticava e abordava alguns temas relevantes, mencionando-os em seus relatórios, como o fato de filhos de ricos frequentarem as escolas públicas, ou que os alunos das escolas públicas passavam de ano sem terem as mínimas condições intelectuais necessárias. Ainda merece destaque suas observações na tentativa de mostrar que as escolas não possuíam um método de ensino, sendo que ele era a favor do método simultâneo.

Diante de considerações deste nível, ele sugeriu a criação de uma Escola Normal em Mato Grosso, onde seriam ensinados métodos aos educadores e eles atuariam no ensino primário da província. Em seus relatórios, há várias comparações e alguns traços de técnicas científicas, em que ele se preocupa em demonstrar, através dos números, não somente a quantidade de alunos presentes na escola como a comparação desses dados com outros, de modo a ficar, nítida e compreensível, a informação que ele queria

transmitir. Padre Ernesto criticou ainda as escolas noturnas, dedicadas aos adultos, que não se interessavam pela instituição, assim como lançou crítica aos pais dos alunos do ensino primário que não levavam os filhos às escolas. Além disso, levantou a possibilidade de que as escolas públicas fossem mistas.

Em decorrência da reforma de 17 de setembro de 1872, as escolas primárias passaram a ser de um único grau, acabando a divisão entre Escolas Primárias do Primeiro Grau e do Segundo grau. A esse propósito, o presidente Cardoso Junior explicou que via nenhuma vantagem decorrente dessa divisão em graus inferior e superior.

O Programa de Ensino para o Ensino Primário, de 1872, continha noções de Aritmética e suas diferentes aplicações práticas, sistema de pesos e medidas do Império, e, de acordo com o presidente da província, o Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardozo, os alunos que vivenciarem tal currículo, ao sair do ensino primário, teriam várias opções, como conseguir facilmente matricular-se no Seminário, que ofertava o ensino secundário, ou obter um emprego público. Por fim, afirma que qualquer outra opção de vida seria alcançada, com destaque, por esses alunos.

« Art. 10. O ensino primario elementar compor-se-ha :
« 1.º De instrucção primaria e religiosa.
« 2.º De leitura e escripta.
« 3.º De elementos de grammatica da lingua nacional.
« 4.º De noções de arithmetica em suas diferentes applicações praticas.
« § 5.º De noções de geographia e historia, principalmente a do Brazil.
« § 6.º Do estudo do systema de pesos e medidas do Imperio.
« § 7.º De trabalhos de agulha e outros, para o sexo feminino. »
Não é exigir muito, senhores.—O alumno que sahir preparado naquellas materias poderá com vantagem, ou matricular-se no seminario, ou pretender um emprego publico, ou dedicar-se a qualquer ramo de vida, agricola, industrial, ou commercial.

Figura 2: Extrato sobre o currículo do Ensino Primário em 1872

Fonte: Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso de 1872

No mesmo relatório, o presidente da província realçava que, naquele momento, a instrução secundária continuaria junto ao Seminário, em virtude da falta de verbas da província para a criação de um Liceu. Deixava claro, porém, que, quando os cofres públicos permitissem, se criaria um Liceu destinado às línguas e às ciências para se prestar os exames preparatórios e garantir uma vaga nos cursos superiores do Império,

deixando o Seminário cumprir a sua finalidade principal, formar aqueles que desejavam seguir a vida sacerdotal.

No ano de 1873, foi modificado o Regulamento da Instrução Pública, sendo aprovado o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Mato Grosso aprovado pela lei provincial nº 15, de quatro de julho de 1873. Em dezembro do mesmo ano, foi organizado, por Ernesto Camilo Barreto, o Regimento Interno das Escolas Públicas de Instrução Primária da Província de Mato Grosso, que dispõe, no Capítulo 4º, sobre a forma que o professor deveria trabalhar com a seção de Aritmética Elementar. Explica que ela teria que ser dividida em duas partes: teórica e prática, que se subdividiriam em oito classes: 1ª classe - Compreenderá os conhecimentos preliminares da Aritmética, dos números e seus valores e a tabuada de somar inteiros; 2ª classe - Teoria da subtração ou diminuição dos inteiros e sua tabuada; 3ª classe - Teoria da multiplicação dos inteiros e sua tabuada; 4ª classe – Teoria da divisão dos inteiros e sua tabuada; 5ª classe – Teoria das frações decimais; 6ª classe – Teoria dos quebrados; 7ª classe – Teoria dos complexos; e 8ª classe – Teoria das proporções e da redução dos pesos e medidas em uso no império.

Apesar das orientações prescritas, em 1874, o padre Ernesto demonstrou, em seu relatório, que os professores não estavam seguindo o regimento interno, acrescentando como o ensino da Matemática vinha sendo trabalhado nas escolas primárias. Padre Ernesto sublinhava a falta de método para os professores ensinarem, assegurando que a maneira como as aulas eram ministradas fazia-se inaceitável. Revelava que, em uma de suas visitas nas escolas do ensino primário, observou que, nas aulas de Aritmética elementar, os alunos aprendiam o conteúdo de multiplicação, sem ao menos saberem somar. Sob esta perspectiva, podemos recorrer à afirmação de Julia (2001, p.33): “o professor não é agente de uma didática que lhe seria imposta de fora”. Além disso, Ernesto Camilo Barreto observou também a não uniformidade dos livros didáticos utilizados pelos professores de maneira geral, afirmando que muitos usavam o primeiro livro que tivessem em mãos. Sobre os livros, manifestava-se o então presidente Miranda Reis (1874), considerando um ponto bem característico da cultura da Matemática escolar que se tratava da forte hierarquização com a qual os conceitos aritméticos eram estruturados na ordem de apresentação das atividades.

Outras informações contidas no relatório do presidente Miranda Reis, de acordo com a lei de 12 de julho: o governo estava procurando uma pessoa que fosse habilitada

para ensinar cumulativamente Português, Latim, Francês, Aritmética na cidade Poconé, em troca de um salário de 1.800\$000 réis. Esta era uma tentativa de criar uma estratégia do poder público para conseguir professor e aniquilar o conceito de disciplina como produção pertinente à instituição escolar.

Inconformado, o presidente desabafou, por meio do relatório da Inspeção Geral dos Estudos, a respeito da apropriação que os professores fizeram do regimento ou até mesmo da não apropriação:

Não obstante o Regulamento, que reformou as escolas entre nós, elas continuarão a ter na pratica o systema antigo. Limitarão-se a leitura, a escripta, contas e cathecismo: más a uma leitura imperfeita na fôrma e na comprehensão, á uma escripta incorreta, quando a gramatica e orthographia, a papaguear o cathecismo sem consciência da belleza moral de seus preceitos, e a simples pratica das quatro primeiras operações de arithmetica, sem dar a conhecer, ao menos, os usos a applicaçõs das mesmas operações.

Os princípios de grammatica, os de historia, de geographia, as noções de arithmetica, sua pratica, até as proporções, e o systema de pesos e medidas, ainda não passarão do preceito regulamentar ao ensino. (REIS, 1874, p.A3-16)

Neste panorama social, histórico, deu-se a ideia de criar uma Escola Normal em Cuiabá, era imprescindível a formação de professores, habilitá-los para ensinar no ensino primário, já que eram julgavam como despreparados e descomprometidos. Julgava-se que, enquanto a grande maioria dos docentes não fosse substituída, não haveria instrução pública. O presidente da província Miranda Reis considerava que, para sanar o problema “não se deve adiar por mais tempo a criação de uma Escola Normal, não sirva de embaraço o estado financeiro da província.” (MOACYR, 1939, p. 471)

Havia a demanda por professores para colocar em prática as orientações prescritas, para inculcar a cultura escolar almejada, uma vez que as autoridades de ensino acreditavam que o não seguimento das orientações referidas levaria a não atingir os objetivos do estado em relação à escola. Assim, a aculturação que o Inspetor Geral dos Estudos desejava que os alunos realizassem no contexto escolar não acontecia. Para Julia (2001, p.220): “As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade. Seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em

conformidade a certas finalidades: é isso que explica sua gênese e constitui sua razão social.”

Desse modo, a lei provincial nº 13, de nove de julho de 1874, determinava a criação do Curso Normal na província de Mato Grosso, com a finalidade de habilitar os professores. O curso era composto por três anos e destinado a ambos os sexos. O plano de estudo estava constituído por quatro cadeiras, uma era destinada à Matemática elementar, as demais eram de Gramática e análise respectiva da língua nacional; Pedagogia e Métodos; e Geografia e História.

A José Estevão Corrêa ficou destinada a tarefa de lecionar na Escola Normal de Cuiabá. Visto que as aulas noturnas não estavam tendo procura, aproveitaram os professores que lecionariam nestas aulas e deram-lhes a tarefa de habilitar o novo professorado.

A Escola Normal passou por momentos de adaptações com o currículo e esperava-se a primeira turma concluir o curso para avaliá-lo, verificando-se os resultados. Essa espera de um tempo para averiguar se o ensino proporcionado pelo curso obteve sucesso faz parte da cultura escolar, pois, de acordo com Chervel (1990, p. 197): “A instauração das disciplinas ou de reformas disciplinares é uma operação de longa duração. O sucesso ou o fracasso de um procedimento didático não se manifesta a não ser ao término da escolaridade do aluno.”

Porém, o Inspetor Geral dos Estudos, Padre Ernesto, tinha duas ideias para o currículo do curso. A primeira era manter o curso em três anos, com Gramática e Pedagogia no 1º ano; Geografia e História no 2º; e as Matemáticas Elementares no 3º ano. A outra sugestão era dividir a cadeira de Geografia e História em duas, elevando o curso para quatro anos, de modo que cada cadeira seria ministrada em um ano diferente.

Enquanto não se formavam os professores pela Escola Normal, a luta com os professores que estavam lecionando era uma constante. Ernesto Camilo Barreto observava, em seu relatório de 1876, que os professores ainda não tinham colocado em prática as orientações prescritas que permaneciam também na Lei Regulamentar do Ensino Público e Particular da Província de Mato Grosso de 26 de Maio de 1875. Os professores queriam continuar ensinando o currículo anterior e não o proposto pelo Padre Ernesto, que aumentara as matérias que deveriam ser abordadas nas escolas primárias.

Segundo os professores, no novo currículo para o ensino da Matemática, era desnecessário o estudo da Aritmética e tudo o que excedesse às quatro operações sobre

os números inteiros. Sobre o tema, Padre Ernesto, que acreditava que a escola era a melhor maneira de cultivar o homem, enviou os seus relatórios ao presidente da província, Hermes Ernesto da Fonseca, que abordou esta situação no relatório provincial:

Uns querem que entregamos a mocidade ao primeiro que se disponha a ensinar, tenha ou não tenha conhecimento da matéria, porque com isso nada tem que ver os poderes públicos, encarregados da boa direção da sociedade.

Outros dizem que é melhor saber escrever Antonio com a pequeno, n grande, i pequeno &, do que nada saber.

Se o fim é apadrinhar a ignorância, não argumentão elles de boa fé. (FONSECA, 1876, p. A2-15)

Mais uma vez, um plano de estudo previsto para as escolas primárias do Mato Grosso, que traçava as orientações para o ensino de todas as disciplinas, inclusive da Matemática, era negligenciado pelos professores.

A resistência do professorado e também das instituições particulares era grandes. As escolas primárias particulares de Mato Grosso, além de não terem professores habilitados, ainda achavam que o poder público não tinha que se preocupar com as instruções das escolas primárias particulares, fugindo assim as regras.

O General e Presidente Fonseca iniciou o seu discurso em 1876 sobre a instrução pública secundária e elogiou os préstimos do inspetor geral, o Padre Ernesto Camilo Barreto, que esclareceu as condições para a realização dos exames de preparatórios na província:

Para que a província possa executar o decreto imperial sobre as mesas de exames gerais de preparatórios muito conviria realizar-se a promessa do regulamento orgânico da instrução da criação de um Liceu. Adiar essa idéia é conservar fechadas as portas dos estabelecimentos de ensino superior do Império aos jovens da província, cujos pais pobres para mantê-los na corte, Bahia, São Paulo ou Pernambuco tem de fazer grandes sacrifícios. (MOACYR, 1939, p. 473)

Cogita-se a criação de um Liceu para qualificar os jovens para os exames de preparatórios que, desde 1873, quando o Ministro João Alfredo de Oliveira decidiu criar bancas examinadoras em várias províncias, eram realizados pelos alunos mato-grossense na própria província de Mato Grosso. Essa ideia ajudou a proliferar o estudo do ensino secundário nas províncias, já que a maior dificuldade encontrada pelos

estudantes era o problema na locomoção devido à grande extensão territorial brasileira e para passar pelas bancas examinadoras, anteriormente, só existia a possibilidade de enfrentá-las em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

Neste período, e por muito tempo, não era exigido o diploma do ensino secundário para fazer os exames parcelados, assim, muitos estudantes optavam pelos caminhos mais diversos, principalmente porque muitos não estavam interessados em certificados, mas na preparação para submissão dos exames. Deste modo, uns optavam pelas aulas avulsas, outros pelos professores particulares, ou até mesmo por instituições particulares de ensino, onde a Matemática, muitas vezes, era ensinada pelos militares, sujeitos que mais possuíam domínio nesta ciência. Existia outro caminho formado pelos estabelecimentos de ensino secundário, que também aprontavam os alunos para os exames de preparatórios, mas com um grande diferencial, eles recebiam os diplomas de conclusão do curso, e estas instituições ficaram conhecidas como Liceus.

De acordo com Moacyr (1939), em razão do número limitado de estudantes normalistas, pensaram em reorganizar o estudo existente na Escola Normal, com a ideia de aproveitar essa instituição não só para habilitar professores, mas também preparar a mocidade para conseguir pleitear uma vaga no ensino superior:

Uma só cadeira mais precisaria ser criada, a de língua inglesa, por não haver na escola, segundo estou informado, quem possa lecioná-la. A reorganização pode ser efetuada deste modo: 1ª cadeira: pedagogia e gramática filosófica; 2ª geografia e história universal; 3ª matemáticas; 4ª francês e latim; 5ª retórica e poética, e literatura portuguesa; 6ª inglês. (MOACYR, 1939, p. 481)

Porém, esse plano de estudo ficaria restrito somente aos que fossem se preparar para os exames de preparatórios, fazendo os normalistas um curso a parte “de modo a não obrigá-los ao estudo de todas essas matérias, pois que isso lhes dificultaria a obtenção dos diplomas de habilitação para o magistério, afugentando-os assim da Escola” (MOACYR, 1939, p. 481)

Em 1878, foi instituído o Regulamento da Instrução Pública da Província de Mato Grosso, em 13 de fevereiro. Esse regulamento já trazia a determinação que existiria, na província mato-grossense, o ensino secundário dividido em dois cursos o Curso de Humanidades, a fim de habilitar professores e o Curso de Línguas e Ciências preparatórias, indicado para aqueles que almejassem o ensino superior.

No artigo 9º, temos que o Liceu Cuiabano teria todas as cadeiras já existentes na Escola Normal e mais as de Latim; Filosofia Racional e Moral; e Francês para complementar e contemplar os dois cursos.

O curso de Matemática, previsto nesse Regulamento, para os estudantes de preparatórios seria composto pela Aritmética e suas aplicações, inclusive a teoria dos logaritmos, a Álgebra até equações do 2º grau inclusive, e a Geometria plana e no espaço.

Já o que diz respeito ao ensino primário, continuava-se com o mesmo plano de estudo proposto pelo regulamento anterior e o método de ensino poderia ser misto, simples ou simultâneo.

Os fatos históricos adquirem significado porque revelam informações importantes no sentido de obtermos um panorama geral do ensino primário articulado com o ensino secundário na disciplina de Aritmética, pois, naquele momento, era comum às duas modalidades de ensino. Essa disciplina merece o nosso destaque porque a Aritmética era utilizada como método para Álgebra, fornecendo, na visão dos dirigentes, os requisitos necessários para o ensino algébrico. No mesmo período, faz-se possível ainda identificar, no regulamento, que a Álgebra seria trabalhada até equação do 2º grau com os estudantes do ensino secundário, elemento que é considerável porque revela fragmentos do núcleo dessa disciplina.

Considerações Finais

Podemos notar neste período a tentativa de modernizar o estado do Mato Grosso tentando inculcar a cultura dos grandes centros. Para que o progresso acontecesse de modo rápido tentou-se introduzir no contexto escolar cursos noturnos, assim, o governo teria retorno mais rapidamente. Ainda nesse contexto, verificamos uma forte influência da Igreja na instituição escolar, já que temos um padre utilizando-se também do cargo de Inspetor Geral da Instrução.

As análises também apontam uma forte resistência dos professores em colocarem efetivamente em prática o programa de ensino proposto pelos dirigentes para a disciplina de Matemática. Como acreditavam que tal fato devia-se a formação dos professores, é institucionalizada a Escola Normal em 1874 com a finalidade de dar a formação necessária para os professores primários. Quatro anos depois da instalação da Escola Normal pensa-se na possibilidade de se criar um Liceu em Mato Grosso, já que as bancas dos exames de preparatórios seriam realizadas nas próprias províncias. Essa

ideia ajudou a proliferar o estudo do ensino secundário em todo Brasil, pois favorecia os alunos de províncias afastadas como Mato Grosso.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. M. Galhardo. Lisboa, Rio de Janeiro, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados IEA – USP*, São Paulo, vol. 11, n.5, p.173-191, 1991.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*. São Paulo, n.6,1990, p.177-229.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa* — FEUSP, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

FONSECA, Hermes Ernesto da. *Falla com que o excellentissimo senhor general Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Provincial de Mato-Grosso no dia 3 de maio de 1876*. Cuiabá, 1876.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Trad. Gizele de Souza. In: *Revista Brasileira da História da Educação*, Campinas/SP. Editora Autores Associados, n.1, jan/jun, p.08-43, 2001.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias. Subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)*. Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1939.

REIS, José de Miranda da Silva. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso, no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da província, o General Dr. José de Miranda da Silva Reis*. Cuiabá, 1874. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1899)*. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.